

Do debate entre Florestan e Guerreiros Ramos à análise dos compêndios de sociologia da década de 1930: alguns apontamentos e possíveis recontextualizações

*Marcelo Augusto Totti**

*Eder Fernando dos Santos***

Resumo

O artigo pretende fazer uma análise dos manuais de sociologia dos anos de 1930, dos autores Delgado de Carvalho e Fernando de Azevedo. A análise inicia-se da crítica estabelecida no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, por Guerreiro Ramos à Florestan Fernandes, esse último, ex-orientando de Azevedo. A hipótese de Ramos se baseia na possível influência de correntes sociológicas europeias e norte americana nesses manuais, salientando que a sociologia brasileira deveria abandonar o caráter tradicionalista e alega vícios nos métodos da sociologia estrangeira implantadas no Brasil. Embora influenciado pela corrente positivista, Fernando de Azevedo recontextualizou o pensamento da mesma, propondo uma sociologia autônoma, com caráter transformador da realidade local. Dessa forma, cabe-nos averiguar, através de análises bibliográficas, em que medida a crítica feita por Ramos referente a influência da sociologia estrangeira, se configurava nos compêndios da década de 1930.

Palavras-chave: estrangeirismo; recontextualização; sociologia brasileira

Abstract

The paper pretend to do an analysis of the sociology textbooks of the year 1930, of the authors Delgado de Carvalho and Fernando de Azevedo. The analysis begins with the critique in the First Brazilian Congress of Sociology in 1954 by Guerreiro Ramos to Florestan Fernandes, the last one, ex-orienting of Azevedo. The hypothesis of Ramos is based in the prospect of possible influence of European and North American sociological currents in these manuals, stressing that the Brazilian sociology should abandon the traditionalist character, and claims vices in the methods of foreign sociology, once implanted in Brazil. Although influenced by the positivist current, Fernando de Azevedo recontextualized the thought of it, proposing an autonomous sociology, with transforming character of the local reality. Thus, we must determine, through bibliographic analysis, what extent the criticism made by Ramos regarding the influence of foreign sociology was configured in the textbooks of the year 1930, and the extent to which the current textbooks support in that ideological influences criticized by him.

Keywords: recontextualization; foreignness; Brazilian sociology

* Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp/Marília

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília

Introdução

A disciplina de sociologia foi integrada ao currículo no início da década de 1891, no Brasil, e conferida pelo ministro da educação Benjamim Constant, na reforma de 1890¹ ao currículo escolar das escolas Normais², a qual, possuía caráter introdutório, tornando-se alvo de várias críticas, uma delas devia-se ao fato de ser generalista e arremetia a ideia de má formação dos professores/as que iriam lecionar, uma vez que não havia uma formação superior e uma política para tal.

Desde então, nesse panorama, denota-se como marco a inclusão e exclusão da disciplina. No início do séc. XX, a reforma de 1890 passa por mudanças, como a retirada da sociologia do currículo, devido ao novo código de ensino unificado, no entanto, no ano de 1925, no estado do Rio de Janeiro, que ela é empregada pela primeira vez.

Apesar de iniciativas importantes, foram esparsas e não acompanhadas de uma política de formação de professores, pois em 1931, início da Era Vargas, ocorreu uma ampliação do ensino de Sociologia em todo o país por iniciativa do ministro da educação Francisco Campos, sem essa devida preparação. O fruto dessa política era perceptível na carência de formação dos profissionais, que se debutavam sobre a difícil missão de reger as cadeiras de sociologia (MACHADO; TOTTI, 2013, p. 144).

Nos anos 1950, em conferência realizada no Centro de Estudos e Pesquisa Educacionais, em um Simpósio que reuniu inúmeros intelectuais para discutir os problemas da educação brasileira, Florestan Fernandes (1959, p. 35) elenca uma problemática ao referido tema em questão: “a preparação científica dos educadores se ressentia de seu caráter predominante ‘informativo’ e ‘livresco’”. Em regra, falta-lhes domínio autêntico do ponto de vista científico”, e, para sanar esse problema, Fernandes (1959) aponta que uma das saídas era o trabalho conjunto entre cientistas sociais e educadores.

Nesse sentido, Azevedo (1975), em seus escritos, apresenta como ocorreu esse processo de má formação profissional destacado por Fernandes:

Ao contrário do que se deu nos países hispano-americanos em que o ensino da sociologia começou, em geral, nas faculdades de Direito (de Ciências Jurídicas e Sociais ou Jurídicas e Políticas), foi pelo Colégio Pedro II e pelas Escolas Normais, do Distrito Federal, de Recife e de São Paulo, que se iniciou no Brasil, penetrando somente em 1933, no ensino superior, pela Escola Livre de Sociologia e Política, e

¹ A reforma de 1890, fora marcada pelo excesso de intelectualismo, nitidamente influenciada pelas ideias de Comte. Apesar da introdução da sociologia, a reforma fora marcada por uma concepção ortodoxa das ideias comteanas, baseados nas concepções das fases de desenvolvimento humano do autor, que evolui para uma concepção enciclopédica dos conteúdos e pouco eficaz no sentido da aprendizagem.

² Entenda-se escolas Normais por escolas de formação de professores/as.

em 1934 e daí por diante, no ensino universitário, com a incorporação do Instituto de Educação à Universidade de São Paulo, e a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, - a primeira que se instalou, no país, com a fundação dessa Universidade. É certo que nas Escolas Normais de São Paulo e em outras de diversos Estados, em que criaram cadeiras dessa disciplina, o ensino da sociologia, entregue, nos começos, a professores em geral improvisados e autodidatas, e, portanto, a divagações mais ou menos literárias sobre doutrinas duvidosas ou já ultrapassadas e as disputações escolásticas, se ressentiu profundamente por longo tempo da falta de especialistas devidamente preparados para esse magistério (AZEVEDO, 1973, p. 320).

A crítica de Azevedo, em 1935³, tem o mesmo conteúdo da relatada por Florestan anos mais tarde, a formação de professores carecia de conteúdo científico. A herança do verbalista do ensino tradicional permeava o ensino universitário, que, também, não poderia ser chamado assim, pois apenas com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, é que inicia-se uma tradição universitária no país. Contudo, em 1942, a disciplina é retirada do currículo das escolas secundárias e permaneceu somente nas escolas Normais, devido a uma reforma⁴ do sistema educacional, logo, o assunto tornou-se debate entre intelectuais, principalmente na década de 1950.

A contenda: Iseb versus escola paulista de sociologia

Em 1954, ocorreu um marco histórico para a sociologia: o *I Congresso Brasileiro de Sociologia*, evento que teve uma importância singular. Além de inaugurar uma nova era na sociologia brasileira com criação de uma entidade⁵ que reunia pesquisadores em nível nacional, o congresso obteve grandeza ao ser incluído dentro do rol da programação das festividades do IV Centenário da cidade de São Paulo. Assim, a presença do então governador e do prefeito foram marcantes ao participarem da mesa de abertura dos trabalhos. E, por sua vez, os trabalhos no interior do Congresso tiveram outra conotação e seus participantes travaram fervorosos debates acerca da obrigatoriedade do ensino de sociologia nas escolas secundárias.

³ O texto citado *Princípios de Sociologia* foi publicado originalmente em 1935. A versão que está estamos utilizando é sua 11ª edição.

⁴ Denominada de reforma Capanema, instaurada pelo ministro da saúde e educação Gustavo Capanema, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

⁵ Na realidade, a Sociedade Brasileira de Sociologia foi criada com essa designação em 1950. Em 1935, um ano após a criação da Universidade de São Paulo, fora fundada a Sociedade Paulista de Sociologia. A mudança para Sociedade Brasileira de Sociologia se deu em Assembleia, em virtude da filiação à ISA (Associação Internacional de Sociologia) e uma inserção dos pesquisadores de sociologia em nível internacional, tanto que Fernando de Azevedo foi eleito, em 1949, vice-presidente da Associação. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 1950).

Um dos destaques desses debates foi Florestan Fernandes, representante da escola paulista de sociologia, que fez uma explanação sobre a questão da educação brasileira, que tange a introdução da sociologia nas escolas secundárias⁶. Dessa forma, para o autor: “não se trata de uma mera introdução da sociologia no ensino secundário, mas das possibilidades da introdução dessa disciplina como elemento de inovação dentro do sistema de ensino e da própria sociedade” (MACHADO; TOTTI, 2013, p. 146).

A sociologia, como vinha sendo aplicada nos anos iniciais de sua introdução, tinha a função de manter a ordem social, cunhando um desacerto que o definia como sendo “um ensino médio sem possibilidade de tornar-se um ‘instrumento consciente do progresso social’, isto é, incapaz de proporcionar uma ‘educação dinâmica’” (FERNANDES, 1955, p. 98). Nesse sentido, o ensino de sociologia também não atendia às exigências intelectuais que foram impostas pela sociedade daquele período, sendo um ensino de caráter enciclopédico, herdado via tradição acadêmica. E, conclui a ideia de mudança do sistema educacional, que somente alterando suas estruturas, pode alcançar uma sociologia que correspondesse aos fatos daquele período.

Doutro lado, contestando Florestan Fernandes, Alberto Guerreiro Ramos representando o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) decorria a ideia de que a sociologia se institucionalizava de forma equivocada. Para o autor, a sociologia deveria abandonar o caráter tradicionalista, de uma disciplina transplantada, a qual trazia referências externas, refletindo sobre problemas existentes de outros países e trazendo métodos que não se aplicavam à sociedade brasileira, logo, totalmente estranhos à realidade nacional.

Ramos atenta para a seguinte problemática: a falta de professores especialistas da sociologia geraria um descompasso para o ensino da disciplina, que desemboca em profissionais não aptos à abordagem sociológica, reproduzindo assim, a sociologia nos moldes tradicionais, já que esses profissionais estariam apoiados em compêndios (manuais) com forte influência estrangeira, sem vínculos com a realidade nacional. Desse modo, a sociologia não poderia ser traduzida como mera obra literária dos escritos estrangeiros.

Assim, a sociologia necessitava ser totalmente envolvida com o pensamento brasileiro, calcada na realidade social e ter laços com as raízes nacionais, com o intuito de despertar nos jovens um pensamento franco, assim como:

⁶ Escolas secundárias era a denominação que se dava ao ensino médio no período.

O que se pede ao ensino de sociologia é que desenvolva no educando a capacidade de autonomia e de assenhramento⁷ das forças particulares da sociedade em que vive. O ensino da sociologia não deve distrair o educando da tarefa essencial de promoção da autarquia social do seu país (RAMOS, 1995, p. 128).

Por sua vez, Fernandes entende que o ensino de sociologia prepararia para uma nova realidade a ser vivida no país, e salienta que a função que o ensino secundário teria naquele período era de preparação dos jovens para o ensino superior, “a sociologia seria o elemento de racionalidade das relações sociais, favorecendo o próprio ensino secundário do período, considerado como um apêndice, cujo objetivo consistia apenas em preparar os alunos para o acesso ao ensino superior” (MACHADO; TOTTI, 2013, p. 147). Sendo assim, caracteriza o interesse em suprir uma demanda de intelectuais e educadores brasileiros das áreas das ciências sociais, pois, nas décadas de 1930 a 1960, ocorre o surgimento de grandes universidades no país, universidades como USP, UNB e UNICAMP⁸.

Mediante o debate travado entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, podemos identificar em Fernandes a alegação do conhecimento numa ótica naturalista de modo positivo, ao passo que procura validar a sociologia como uma ciência baseada na experiência, ou seja, empírica e de caráter indutivo, a qual, com uso adequado de métodos, pode-se verificar e apreender com objetividade, que, para o mesmo, ser objetivo é sinônimo de produzir conhecimento. Encontramos também elementos aperfeiçoados do funcionalismo⁹, característico da corrente clássica francesa ao historicismo de Mannheim, da mesma maneira que focaliza numa análise dos enigmas da transformação social. Esses aspectos garantem certo grau de utopia na posição de Florestan, ao apontar a introdução da sociologia no ensino secundário como elemento inovador e transformador desse nível ensino sem considerar outros fatores.

Conferimos, até o presente momento, uma discussão acirrada sobre a inclusão da sociologia, sua importância, interesses, preocupações, divergências e convergências, então cabe-nos afunilar o pensamento de Ramos, pois sua tese acerca da implantação da sociologia e suas raízes nos interessam à compreensão e desenvolvimento de nossa pesquisa.

A crítica do isebiano

⁷ O termo assenhramento descrito pelo autor, adquire sentido único, de promoção e independência da capacidade crítica a ser desenvolvida pelo educando.

⁸ A Unicamp foi criada em 1962, tendo atividades efetivas em 1965.

⁹ Essas referências serão melhor trabalhadas ao longo da pesquisa, pois não há consenso na literatura a cerca dessas apropriações, nem tão pouco um estudo pormenorizado sobre o tema.

Em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, na segunda parte, intitulada de *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Ramos rege seu pensamento acerca do problema da sociologia brasileira, com base em sete teses que foram discutidas e votadas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em julho de 1953, nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, em que o mesmo era presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais.

As teses defendidas por Ramos (1995) tinham como elemento norteador a defesa da construção de uma sociologia voltada para defesa dos interesses nacionais. Uma ciência sociológica devotada às causas nacionais, que não consistia no transplante literal de modo rigoroso por modelos científicos/teóricos de países desenvolvidos, cujas pesquisas se empenhavam em detalhes da vida social. Nesse aspecto, a sociologia deveria se ater a investigação de aspectos gerais e parciais das estruturas nacionais e regionais.

Referente ao ensino de sociologia, o autor é taxativo quanto ao seu objetivo principal: a emancipação no sentido cultural dos discentes, atribuindo-lhes ferramentas intelectuais, que direcionem as interpretações originais dos problemas que engendram as estruturas do país.

Podemos encontrar, em Guerreiro, a ideia do trabalho sociológico atrelado às benfeitorias das populações, que estão dependentes do alargamento industrial de suas estruturas nacionais e regionais,

O trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribuía para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, o sociólogo deve aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos (RAMOS, 1995, p. 106).

Os questionamentos acerca da metodologia sociológica e da condição dos sociólogos devem-se atentar às questões de ordem reivindicadas, sobre perfeição no aprimoramento de questões de desenvolvimento das estruturas de seus países. Ainda, os métodos e procedimentos nos países latino-americanos devem estar incorporados com seus respectivos recursos de ordem econômica, adjunto de técnicos com o nível cultural comum de suas respectivas populações.

No exercício de fazer valer suas teses, Ramos direciona seu pensamento para a questão da prática sociológica nos países latino-americanos e que, no caso, refere-se à uma sociologia que caminhasse, autonomamente, abandonando os laços umbilicais, o qual torna nossa sociologia um produto secundário da reação sociológica de cunho europeu e norte americano.

Entretanto, o que se viu na plenária do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, evidencia que, no Brasil, há pelo menos duas vertentes de aforismos sociológicos citados acima.

Ramos as distingue de tal forma,

[...] uma corrente como já propus certa vez, de “consular”, visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos; e outra que, embora aproveitando a experiência acumulada do trabalho sociológico universal, está procurando servir-se dele como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais (RAMOS, 1995, p. 107).

E, entendemos que, direta ou indiretamente, o cerne da sociologia de Ramos é de uma proposta salvadora, com intuito de renovar o social. No entanto, a experiência da realidade comum que vive o sociólogo é a de o tornar capaz de empreender análises e soluções, com o intuito de clarear problemas vivenciados.

Neste caso, o problema de grande envergadura está na formação de sociólogos brasileiros, que incide, via de regra, para o conformismo das teorias existentes, pois estudam para auferir com recursos prontos e, quando confrontam com problemas da realidade local, voltam às teorias como se fossem receitas, as quais, beberam nos compêndios, conforme destaca o autor:

Um professor de anatomia, toda vez que explicava certa parte do esqueleto, comparava determinada depressão óssea com uma *moeda de cinco francos*. Era assim que estava no livro francês e lhe parecia provavelmente ridículo dizer um tostão em vez de cinco francos. Sei de outro dia, diante dos alunos, com uma rã descerebrada, fez uma experiência para demonstrar as leis dos reflexos elementares de Pflüger. Ocorreu, numa primeira tentativa, que as reações do animal não coincidiram com as descritas no livro. Repetiu a experiência, e a mesma discordância. Então deu de ombros, como quem diz: o animal está errado (RAMOS, 1995, p. 128 – grifos do autor).

Segundo o autor, há indícios de que a instrução do aprendiz de sociólogo no Brasil “está sendo procedida de modo análogo”, contribuindo para ser “adestrado para pensar por pensamentos feitos”, isso atrapalha os estudantes, pois estão procurando métodos ou receitas, que foram desenvolvidos e aplicados em lugares totalmente estranho à realidade brasileira, seja por fator econômico, político, dentre outros motivos, que, “incapacitam os estudantes para exercício funcional de uma atitude sociológica”. (RAMOS, 1995).

Oposto a perspectiva teórica de Florestan, Ramos acreditava que as proposições do sociólogo uspiano acarretavam em vícios de atributos, que possuíam características contrárias entre sujeito e objeto, superioridade empírica, detrimento da intencionalidade dos seres humanos nos acontecimentos e coisificação. Assim, tal posicionamento distorce a atuação dos

seres humanos na história, tornando os seres singulares, ao passo que relativiza as ações humanas. Dessa forma, Florestan e seus discípulos seriam incapazes de produzir uma sociologia com capacidade transformadora, que para Ramos, só é possível pela mediação da práxis. Dessa forma, cabe-nos observar em que medida a crítica feita por Ramos referente a influência da sociologia estrangeira, se configurava nos compêndios da década de 1930.

Estrangeirismo e/ou recontextualização? Possibilidade e possível formação de uma sociologia enlatada nos compêndios de sociologia?

A sociologia passava por um processo de institucionalização nos anos 1930 e cunhava a necessidade de exposição e reflexão dos métodos e técnicas de pesquisa. Isto, na visão de Guerreiro, era a formação de uma nova tradição que se distanciava dos problemas do país, derivada nos compêndios de sociologia, os quais, Delgado de Carvalho com *Práticas de Sociologia* e *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*, e Fernando de Azevedo com *Princípios de Sociologia*, são exemplos patentes da premissa apontada pelo autor.

Delgado de Carvalho, filho de brasileiro e radicado na França, cursou Direito na Universidade de Lausanne e, ainda na França, cursou a Escola Livre de Ciências Políticas e, ao regressar ao Brasil, trouxe ideais liberal-democráticos, com forte confiança no progresso. No Brasil, atuou em várias áreas, entre elas Geografia e História, ainda, lecionou no Colégio Pedro II, o qual foi designado à cadeira de Sociologia.

A partir deste momento, Carvalho torna-se uma referência daquele período, sendo um dos pioneiros da sociologia brasileira. Nos seus compêndios, podemos observar os conceitos trabalhados, questões metodológicas, temas presentes na sociologia sobre moral e religião, questão do meio, dentre outros. Entretanto, apregoadado na perspectiva positivista, evidenciando a influência estrangeira, de inspiração deweyana, em seu modo de fazer sociologia conforme destaca o próprio autor:

A influência do Sociologismo durkheimiano, generalizado por causa do maior conhecimento da língua francesa entre nós, provoca em certos meios alguma apreensão, talvez justificada. Por isso, lutam os sociólogos brasileiros para dar preferência à interpretação norte-americana, mais conveniente, mais prática e livre de controvérsias de ordem doutrinal (CARVALHO, 1939, p. 31).

Ao destacar os avanços da sociologia no período, Carvalho menciona a importância da missão francesa na Universidade de São Paulo e a influência norte-americana na Escola de Sociologia e Política. Segundo o autor, em virtude dessas iniciativas é que se multiplicava “o

interesse nas questões sociais que o governo de Getúlio Vargas colocou à frente de suas preocupações administrativas desde 1930” (CARVALHO, 1939, p. 30).

Além desses elementos, em grande parte de sua obra *Práticas de Sociologia*, Delgado de Carvalho não utiliza referências ou exemplificações que atrelem os conteúdos trabalhos a realidade brasileira. Pelo contrário, ao discutir as relações entre Estado e religião, pouca ou quase nenhuma menção é feita a realidade nacional, apenas quando discute a relação entre soberania do Estado e liberdade individual, e ainda, parece criar dúvidas ou distinções confusas como: “o regime legal da liberdade é, em princípio, um regime de direito, mas pode ser excepcionalmente um regime de polícia” (CARVALHO, 1939, p. 212). O autor aponta que a liberdade individual só terá prerrogativa, na medida em que, cause transtorno ou prejuízo aos ditames legais, o que nos leva a entender que o texto está dialogando ou fazendo referência implícita a Constituição do Estado Novo.

Por outro lado, Fernando de Azevedo parece incorporar noções do estrangeirismo em seu pensamento. Porém, tais noções não são meramente apropriadas, mas recontextualizadas e remodeladas, como é caso dos fatos sociais:

Se a vida social “é uma sequência ininterrupta de transformações, paralelas a outras transformações nas condições de existência coletiva”, segue-se que essa multidão de fenômenos sociais que se produzem em toda a extensão da sociedade toma formas diversas segundo as regiões, as profissões, as confissões, etc. O estudo da estrutura social, por cujas modificações se explicam as transformações das instituições e dos costumes, é sobremaneira importante e indispensável ao conhecimento científico das diversas atividades (funções) econômicas, domésticas, etc., que se manifestam no interior dos grupos. Admita a influência preponderante do fator econômico ou das técnicas de produção sobre a estrutura das sociedades e na caracterização de sua fisionomia moral, o estudo do desenvolvimento econômico, sobre que repousa o desenvolvimento jurídico, moral, etc., prepondera a todos os outros, embora o próprio Engels tenha por certo que, ainda nesta hipótese, “todos os fatos sociais (superestrutura de crenças, modos de pensar, de conceber a vida, etc.) reagem, conjunta e separadamente, um sobre o outro e sobre a base econômica (subestrutura econômica). Mas, antes de estudarmos as formas (estrutura) que as sociedades revestem e as atividades que se realizam através dessas formas, é necessário ter uma noção, ainda que sucinta, de “sociedade” e da variedade dos grupos sociais que coexistem no interior de uma mesma sociedade (AZEVEDO, 1973, p. 32).

Azevedo salienta a necessidade de ampliar o conceito de fatos sociais para além de uma noção restrita. Dessa forma, na hipótese destacada pelo autor, a ideia de complexidade e variedade dos fatos sociais ganha corpo. Além desse fator, salienta-se que Durkheim (1973) conceitua os fatos sociais como formas de agir, pensar e sentir exteriores aos indivíduos, dotados de um poder coercitivo, do qual a sociedade impõe aos indivíduos. Assim, Durkheim define os fatos sociais como coletivos e dotados de poder coercitivo. Nessa conceituação, os fatos sociais são abrangentes e tem como premissa expressar e impor manifestações coletivas

frente as manifestações individuais, ou seja, o individual é fruto do coletivo, seja por adaptação ou por coerção.

Azevedo discorda dessa posição de Durkheim, pois em sua ótica, os fatos sociais carregam características da realidade social, dos modos de vida social e cultural e impõem ao indivíduo formas de consciência coletiva, com uma retificação. Tais formas de consciência tem um caráter específico, conforme destaca o autor:

Aceitamos, com Durkheim, a noção de consciência coletiva, mas com as três retificações de G. Gurvith, a saber, que a) ela não é harmoniosa nem unificada b) que há uma pluralidade das consciências coletivas em toda a sociedade, e c) que seus conflitos são habitualmente ainda agudos que os conflitos das consciências individuais (AZEVEDO, 1973, p. 21).

Apesar de aceitar a ideia de consciência coletiva, essa não é uniforme e muito menos normatizadora. Para Azevedo, deve-se considerar os conflitos advindos das consciências individuais, que estabelecem um processo de remodelação da consciência coletiva. O autor não aponta para uma solução dialética, de superação de determinadas etapas do social, apenas salienta que a solução proposta por Durkheim não é via de mão única, ela tem um contraponto, reelaborada sob os ditames da própria realidade social.

Essa perspectiva sobre o viés normalizador dos fatos sociais de Durkheim é compartilhado por diversos autores, entre eles, Young (2002, p. 74). Ao discutir um currículo do futuro e decorrer sobre uma sociologia do conhecimento em Durkheim, Young destaca a objetividade da verdade e do conhecimento, que é o entendimento como moralidade coletiva: “a objetividade do conhecimento é necessária para orientar as pessoas em sua existência coletiva na sociedade. Esse é o argumento durkheimiano de que, nas condições da modernidade, valores compartilhados têm um papel integrador fundamental”

Ao discordar da assertiva de Durkheim, o pensamento de Azevedo nos remete a um fator curioso e pouco abordado nos estudos sobre o autor: a prevalência da ideia de diversidade, multiplicidade e inclusive variabilidade da ciência, conceituações no mínimo distante, para não dizer díspares do pensamento durkheimiano. E, por dizer muito próximas, guardadas as devidas proporções, do que vem sendo convencionalmente chamada de pós-modernidade¹⁰. Pois, nessa linha de pensamento, os fatos sociais dependeriam fundamentalmente da cultura e da localização geográfica, dando um ar de ‘culturalismo’ às manifestações de sociabilidade das estruturas sociais.

¹⁰ Evidente, que tal afirmação não passa de conjecturas e aproximações para possíveis pesquisas e aprofundamento do pensamento do autor.

Essa perspectiva ficará mais patente ao discutir sobre a interdependência dos fatos sociais em relação aos fenômenos sociais, que decorreria “da diversidade de seus conteúdos e dos caracteres novos que assume cada espécie de relação, ao penetrar um domínio novo” (AZEVEDO, 1973, p. 31).

A relação com a ciência também caminha nesta perspectiva, diferentemente do positivismo, Azevedo salienta que o caráter científico depende da realidade social do presente. Apesar de levar em consideração os ditames históricos, os fatos sociais históricos estão determinados ao tempo histórico e condicionados ao lugar e a complexidade, que pode ser analisada conjunturalmente, via o olhar do pesquisador.

A dificuldade da sociologia, diferente de outras ciências, seria a incapacidade de prever determinados fenômenos, ao contrário de outras ciências, e como quer o próprio positivismo, essa visão determinista e teleológica da história não pode ser prerrogativa de uma ciência sociológica, que seria “incapaz de previsões da mesma ordem, em matéria social, sob o fundamento de que, não repousando sobre a identidade, não pode determinar leis científicas, é incidir no erro julgar que não há fatos especificamente sociais, e que os fatos estudados pela sociologia, são os mesmos que estuda a história” (AZEVEDO, 1973, p. 132).

Azevedo argumenta que a capacidade das ciências “duras” preverem determinados fenômenos deve-se a exatidão, regularidade e o rigor do método utilizado. Isolar, definir, estabelecer conexões e fazer experimentos, que podem ser assertivos ou não, determinam a capacidade de previsão e da cientificidade de determinada ciência.

A imprevisibilidade atual dos fenômenos sociais, ou a dificuldade em que se encontra a sociologia, no seu estado atual, de estabelecer leis sociais e, em consequência, de se tornar capaz de previsões, resulta da complexidade extrema dos fatos sociais e, portanto, da dificuldade de isolar ou definir o fato social, ou, por outras palavras, de separar ‘o que condiciona e produz o fenômeno social’, do que é ‘intrínseco’ para a sociologia, cujo objeto é descobrir tanto ‘todas as condições, como todas as forças propriamente sociais da organização e evolução social’ (AZEVEDO, 1973, p. 133).

Diante disso, Azevedo não concorda que os fatos sociais, na ótica de Durkheim, sejam empregados de modo esquemático à realidade brasileira, sendo assim, ele recontextualiza essa corrente teórica procurando “estabelecer um conjunto de ideias originais e aplicáveis para ao Brasil de sua época.” (TOTTI, 2003, p. 21).

Ao discutir os processos de recontextualização, Basil Bernstein salienta que esse campo é construindo através de conflitos e lutas por controle, “os campos oficiais de recontextualização são arenas para a construção, distribuição, reprodução e mudanças das identidades pedagógicas” (BERNSTEIN, 2003, p. 80). Neste caso, há que se identificar três

níveis subjacentes no discurso: autor, ator e identidade, ou, de todo modo, da seguinte maneira: produção, recontextualização e reprodução. Então, através do nível da produção, o novo conhecimento é produzido, assim, podemos dizer que é a matriz de determinadas formas do conhecimento.

O nível da recontextualização permite que esse conhecimento seja apropriado, transformado e relocado, criando novos conhecimentos e identidades. E por fim, a reprodução é a consecução desse processo, adquirindo legitimidade e validades práticas. Nesse caso, a sociologia como se tratava de um campo em disputa, havia, até então, a necessidade de construir um discurso pedagógico e científico novo que diferencia-se dos modelos de produções científicas anteriores.

Nesse sentido, Fernando de Azevedo é influenciado pela sociologia transplantada, porém, ele pensou a realidade brasileira, propôs uma sociologia autônoma e trabalhou para que a educação torna-se uma ferramenta de modificação social, ao recontextualizar e modernizar o discurso durkheimiano. Assim, sua leitura de Durkheim não é adaptação, mas uma releitura recontextualizada os modelos, até então, vigentes.

Considerações finais

Ao começar esse artigo, iniciamos pela crítica feita por Guerreiro Ramos feita a partir da sociologia transplantada para o Brasil e apregoada nos compêndios, e, procuramos vislumbrar em que medida suas hipóteses se confirmavam, reforçando o estrangeirismo e o distanciamento da realidade sociocultural dos estudantes.

Dias (1990, p. 41), ao comentar a influência de Durkheim na sociologia da educação brasileira, destaca que a leitura que se faz do caráter conservador da obra de do sociólogo francês não corresponderia a uma tendência automática na realidade brasileira. O autor adverte para determinadas conjecturas da realidade brasileira, que a racionalidade de Durkheim aliada a proposta de democratização no interior da sociologia da educação, seriam um avanço frente ao patrimonialismo da realidade brasileira. E, essa inclinação aproximaria “Durkheim de Dewey no Brasil ao tempo da Escola Nova”.

Não obstante, os dois autores utilizados nesse artigo partem desses modelos articulados, evidente que a posição de Delgado de Carvalho nos parece uma adaptação pouco recontextualizada das ideias de Dewey, mas que ainda necessita de estudos mais aprofundados sobre o autor. Caso diferente é Fernando de Azevedo, que recontextualiza

Durkheim e possibilita criar outro discurso ou modelo de forma a diferenciar-se de uma tradição especulativa da sociologia até então.

Logo, não podemos deixar de notar que tais modelos devem ser observados dentro de um campo de disputa amplo e de uma perspectiva histórica. Assim, não poderíamos deixar de mencionar a construção feita pela escola de sociologia paulista, que procura estabelecer periodizações hierárquicas, que na realidade pouco ilustram e refletem sobre o desenvolvimento da sociologia no Brasil.

Tais periodizações procuram estabelecer uma evolução no percurso histórico de desenvolvimento da sociologia e mascaram o processo histórico de construção dessa ciência. Dessa forma, de acordo com Bernstein, o discurso pedagógico ou científico, para tornar-se hegemônico necessita constituir sua identidade e legitimidade práticas, precisa conquistar mentes e corações. Também, cremos que ponto fundamental para isso é o desafio de construção de padrões científico na sociologia brasileira, algo que Azevedo procura estabelecer. Desse modo, além da construção do discurso e da sua identidade, é preciso conteúdo e referência, algo que Fernando de Azevedo procura edificar.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia*: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 11ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. Debates. In: I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo. *Anais*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, pp. 324-328.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, n.120, pp. 75-110, novembro/2003.

CARVALHO, Delgado de. *Práticas de sociologia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

FERNANDES, Florestan. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. In: I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954, São Paulo. *Anais*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, pp. 89-106.

_____. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultura provocada. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, pp. 28-78, jul/ set. 1959.

MACHADO, Vitor; TOTTI, Marcelo Augusto. Do debate acerca da implantação da disciplina de sociologia no currículo escolar no interior do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia aos desafios atuais. In: SILVA, Luciane Ferreira; DIAS, Marisa da; MANZONI, Rosa Maria. *Cadernos de docência na educação básica II*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Debates. In: *I Congresso Brasileiro de Sociologia*, 1954, São Paulo. Anais, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955, pp. 324-328.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Ufrj, 1995.

TADEU, Tomaz. A sociologia da educação entre o funcionalismo e o Pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. *Em Aberto*, Brasília, ano 9. n. 46, abr. jun. 1990.

TOTTI, Marcelo Augusto. *Raízes do pensamento educacional de Fernando de Azevedo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

_____. Recontextualização e retórica na argumentação de Fernando de Azevedo ou um possível diálogo com o marxismo? *Linguagens Educação e Sociedade*. Teresina, ano13, n.18, pp. 21-33, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. 1950, *Ata de fundação da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/images/docs/atafundacao.pdf>

YOUNG, Michael F. D., Durkheim, Vygotsky e o currículo do futuro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, pp. 53-80, novembro de 2002.